



Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
6 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-166-4

DOI 10.22533/at.ed.664191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume VI apresenta, em seus 31 capítulos, um conjunto de estudos acerca do papel político, histórico, urbanístico e geográfico nas modificação e construção dos espaços sociais modernos.

As áreas temáticas da ciência política e histórica nos faz entender o papel dos agentes públicos na construção social, bem como as modificações ativas, muitas vezes influenciadas por estas políticas, nos ambientes geográficos e urbanísticos atuais.

O contexto social contemporâneo é um reflexo das ações direcionadas pelas políticas de desenvolvimento regional e sustentável. Além das iniciativas estatais, observamos o papel da cooperação social no desenvolvimento regional e na formação de novas estruturas sociais e urbanísticas.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DA RETÓRICA À ERÍSTICA DOS DISCURSOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	
Álvaro Jáder Lima Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.6641911031	
CAPÍTULO 2	18
LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
João Batista de Oliveira	
Monica Aparecida Tomé Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911032	
CAPÍTULO 3	29
CONSTRUÇÕES MITOLÓGICAS NA POLÍTICA: A DISPUTA PAULISTANA ENTRE PSDB x PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016	
Aryovaldo de Castro Azevedo Junior	
Fabio Caim Viana	
Hertz Wendel de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6641911033	
CAPÍTULO 4	44
OLIVA ENCISO: A PRIMEIRA DEPUTADA DE MATO GROSSO	
Dayane Freitas de Lourdes	
DOI 10.22533/at.ed.6641911034	
CAPÍTULO 5	61
ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO	
Anselmo Hudson Nascimento Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911035	
CAPÍTULO 6	77
REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE PARAENSE	
Suellen Lemes Freire Santos	
Márcia Brito da Silva	
Rosana Cardoso Rodrigues da Silva	
Romier da Paixão Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6641911036	
CAPÍTULO 7	84
A DINÂMICA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAU DOS FERROS NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO DAS CIDADES: APRECIÇÕES	
Ana Paula de Queiroz	
Franciclécia de Sousa Barreto Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	

CAPÍTULO 8	100
OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA FRONTEIRA SUL: UMA PLATAFORMA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REGIONAIS	
Juçara Spinelli Leonardo Mancia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	
CAPÍTULO 9	111
MEIO AMBIENTE E SAÚDE: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL	
Edmeire Samali Alencar de Brito Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6641911039	
CAPÍTULO 10	123
<i>BRAZIL INSTRUMENTARIUM</i> : TIMBRE E IDENTIDADE CULTURAL	
Alice Lumi Satomi Lucas Benjamin Potiguara	
DOI 10.22533/at.ed.66419110310	
CAPÍTULO 11	138
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
DOI 10.22533/at.ed.66419110311	
CAPÍTULO 12	155
MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA PELA ATRAÇÃO DE MOBILIDADES PENDULARES	
Célio Quintanilha Felipe Nascimento Lucas Maia	
DOI 10.22533/at.ed.66419110312	
CAPÍTULO 13	169
AUTOSSEGREGAÇÃO E ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO (SALVADOR, BA)	
Rinaldo de Castilho Rossi	
DOI 10.22533/at.ed.66419110313	
CAPÍTULO 14	185
A ÁGUA QUASE MINERAL... QUEM QUER COMPRAR?	
Marlucia Ribeiro Sobrinho Adinoraide Oliveira dos Santos Ronaldo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110314	
CAPÍTULO 15	199
CRIAÇÃO DO “ESPAÇO CAATINGA” E OS DESAFIOS DA ARBORIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Matheus Henrique Coutinho Bonfim Paulo Roberto Ramos Antonio Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66419110315	

CAPÍTULO 16	209
DO MANGUEZAL À COMUNIDADE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESCARTE CORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Melissa Ferreira Santos Marcos Paulo dos Santos Maria Carolina Lima Farias Alexandre Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110316	
CAPÍTULO 17	216
CICLO DA MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES NA SERRA DO SINCORÁ-BAHIA: O EXEMPLO DE LENÇÓIS	
Dante Severo Giudice Michele Paiva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110317	
CAPÍTULO 18	229
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A ANÁLISE ESPACIAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM RIO VERDE – GO	
Andréa dos Santos Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110318	
CAPÍTULO 19	244
INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM BACABEIRA (MA): PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
Hellen Mayse Paiva Silva Antonio José de Araújo Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.66419110319	
CAPÍTULO 20	261
NOVAS CONSTRUÇÕES, NOVAS OCUPAÇÕES E NOVOS DESABAMENTOS: A VELHA “MALANDRAGEM” NA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DA LAPA	
Flavio Sampaio Bartoly	
DOI 10.22533/at.ed.66419110320	
CAPÍTULO 21	278
O IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE CASO EM PAU DOS FERROS, RN	
Leandro Gameleira do Rego João Freire Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.66419110321	
CAPÍTULO 22	295
PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, ESCALAS E TRANSFORMAÇÕES EM SEROPÉDICA: O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO E OS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	
Gabriel Oliveira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110322	

CAPÍTULO 23	307
ANÁLISE ARQUEOMÉTRICA DE OCRES VERMELHOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO ATLAS	
Luis Carlos Duarte Cavalcante Victor Hugo Gomes Tostes	
DOI 10.22533/at.ed.66419110323	
CAPÍTULO 24	323
ENERGIAS RENOVÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho Ítalo Ricardo dos Santos Luana Araújo Matos Vívian Moura da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.66419110324	
CAPÍTULO 25	332
PRAÇA ZAGURY: JARDIM SENSORIAL COMO PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO DE MACAPÁ –AP	
Leonardo Oliveira Galiano Manuella Dias Sussuarana	
DOI 10.22533/at.ed.66419110325	
CAPÍTULO 26	345
VERTICALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO: ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS NA PAISAGEM DO BAIRRO SANTA MÔNICA – UBERLÂNDIA (MG)	
Leandro Oliveira Silva Winston Kleiber de Almeida Bacelar	
DOI 10.22533/at.ed.66419110326	
CAPÍTULO 27	361
METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA EM CONJUNTO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE TUPÃ	
Waleska Reali de Oliveira Braga Camila Pires Cremasco Gabriel Ana Laura Klaic Mozena	
DOI 10.22533/at.ed.66419110327	
CAPÍTULO 28	373
INFLUÊNCIAS DOS PROJETOS URBANOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARAISÓPOLIS	
Wagner de Souza Rezende Angélica T. Benatti Alvim	
DOI 10.22533/at.ed.66419110328	
CAPÍTULO 29	397
DIRETRIZES BIOCLIMÁTICAS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	
Carolina Mendonça Zina Karyna de Andrade Carvalho Rosseti Luciane Cleonice Durante	
DOI 10.22533/at.ed.66419110329	

CAPÍTULO 30 410

CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DO SÍTIO ENTRADA DO CAMINHO DA CAIÇARA

José Weverton Lima de Sousa

Luis Carlos Duarte Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.66419110330

CAPÍTULO 31 443

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E DIMENSIONAMENTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM UMA EDIFICAÇÃO VERTICAL

Carlos Eduardo Pscheidt

Andréa Holz Pfitzenreuter

DOI 10.22533/at.ed.66419110331

SOBRE O ORGANIZADOR..... 428

INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM BACABEIRA (MA): PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Hellen Mayse Paiva Silva

Centro de Ensino Médio Profissionalizante e
Secretaria de Educação do Estado do Maranhão
(hellen_mayseps@hotmail.com)

Antonio José de Araújo Ferreira

Departamento de Geociências/Universidade
Federal do Maranhão
(antoniojoseaf13@gmail.com)

RESUMO: Este artigo tem como temática as iniciativas estatais favoráveis ao investimento da Refinaria Premium I no estado do Maranhão, a partir de 2009. A questão central examina como se configuram essas iniciativas estatais e quais as suas implicações socioespaciais em Bacabeira. O Estado, associado com a iniciativa privada tem viabilizado e priorizado projetos socioeconômicos propícios para a produção e reprodução do capital, selecionando e tornando os espaços não mais isolados, mas atrelados à dinâmica econômica mundial. A opção teórico-metodológica norteadora do processo investigativo é o método do materialismo histórico dialético. Esse investimento, todavia, foi cancelado pela Petrobrás em 2015 e adiado para 2029, sendo que desde o ano de 2010 registraram-se transformações socioespaciais em Bacabeira, as quais são analisadas e associadas às atuais permanências e perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Investimento; Bacabeira (MA).

ABSTRACT: This article is about the state initiatives favorable to the investment of the Premium I Refinery in the state of Maranhão, from 2009. The central issue examines how these state initiatives shape and what their socio-spatial implications in Bacabeira. The State, associated with the private initiative, has made feasible and prioritized socioeconomic projects favorable to the production and reproduction of capital, selecting and making spaces no longer isolated, but linked to the world economic dynamics. The theoretical-methodological option guiding the investigative process is the method of dialectical historical materialism. This investment, however, was canceled by Petrobras in 2015 and postponed to 2029, and since 2010 there have been socio-spatial transformations in Bacabeira, which are analyzed and associated with the current stays and prospects.

KEYWORDS: State; Investment; Bacabeira (MA).

1 | INTRODUÇÃO

Os atuais ciclos de investimentos (petroquímica, logística, geração e distribuição

de energia, etc) requerem e selecionam novos espaços regionais ou centros dinâmicos para recepcioná-los, viabilizando a reestruturação produtiva e urbana. A partir desses investimentos, surgem áreas específicas de uso e expansão do capital com possibilidade de sediar conjuntamente projetos de desenvolvimento associados ao discurso do “novo”, e do “moderno”, planejados enquanto redentores. É com base nesse pressuposto, que este artigo trata das iniciativas estatais favoráveis ao investimento da Refinaria Premium I (REPRE I) no estado do Maranhão.

Daí os questionamentos: Como se configuram essas iniciativas estatais e quais as suas implicações socioespaciais em Bacabeira? Quais os efeitos socioespaciais de um empreendimento que não saiu do papel? A perspectiva teórico-metodológica norteadora do processo investigativo deste artigo corresponde ao materialismo histórico dialético, a partir da abordagem qualitativa tendo como referência a configuração do objeto de estudo. Isto implica que os processos de reestruturação produtiva e espacial desencadeados por empreendimentos econômicos vultosos impõem alterações socioespaciais na rede urbana maranhense, cujas referências principais são Corrêa (1989), Barbosa (2002), Ferreira (2008), Harvey (2011), Silva (2014), Silva (2015) e Ferreira (2014; 2017).

A análise foi realizada considerando o período compreendido entre os anos de 2010 a 2015, isto é, desde a fase de elaboração do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009) do empreendimento referido em 2009, perpassando pelo anúncio do projeto em 2010 e sua repercussão nos meios midiáticos, início das obras e serviços de terraplanagem em 2011, cancelamento, em 2015, bem como pelo anúncio de adiamento do projeto para 2029. Some-se a isso os fatos ocorridos entre 2015 e 2018, mais precisamente caracterizando as permanências e perspectivas vinculadas à Refinaria Premium I, em Bacabeira (MA).

Esse artigo, portanto, objetiva fazer uma discussão sobre o Estado, grandes investimentos econômicos e planejamento urbano de acordo com as particularidades do projeto da Refinaria Premium I. Para tanto, o conteúdo a seguir foi dividido em três partes: a primeira ressalta as iniciativas estatais favoráveis ao investimento da REPRE I no Maranhão; a segunda atém-se às implicações socioespaciais, permanências e perspectivas materializadas e/ ou vinculadas ao município de Bacabeira a partir desse investimento; e a terceira trata das considerações finais.

2 | INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I NO MARANHÃO

Uma área de 20 km², inserida no Distrito Industrial de Bacabeira (DIBAC) e localizada no município homônimo (60 km ao Sul de São Luís – Figura 1) foi destinada para a implantação da Refinaria Premium I (REPRE I) no estado do Maranhão. Esse município foi escolhido para sediar o empreendimento por questões técnicas, posição

geográfica, proximidade com o porto do Itaqui e rodovias de fácil acesso (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009).

As obras e serviços de terraplanagem iniciaram no ano de 2011, porém os prazos de conclusão dessa etapa do projeto não foram cumpridos. Após período de suspensão nos serviços de terraplanagem, a Petrobrás anunciou em 2015 o cancelamento da REPRE I, restringindo o acesso e uso da área pelos bacabeirenses. No contexto da etapa da terraplanagem desse projeto, duas iniciativas estatais foram importantes para a viabilização do mesmo, mais precisamente o planejamento municipal do uso do solo e os programas federais de capacitação de mão de obra (BURNETT, 2012).

Em relação ao planejamento, no zoneamento previsto no Plano Diretor de Bacabeira (Lei nº 205/2007) destaca-se uma área de aproximadamente 20.693 hectares destinada à Zona Especial de Negócios (ZENS) voltados para agronegócios, indústrias e serviços.

A “ZEN industrial 2” apresenta potencial para a instalação de indústrias de grande e médio porte, assim como para empreendimentos de apoio ao transporte intermodal com instalações de apoio logístico. Essa zona constituiu a área do citado DIBAC destinada à implantação da Refinaria Premium I, que de acordo com o artigo 81 do Plano Diretor de Bacabeira é considerada de grandes equipamentos urbanos, cujos empreendimentos estão sujeitos à apresentação de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); empreendimentos que possibilitem a reunião ou aglomeração de mais de 500 pessoas, simultaneamente; e empreendimentos que ocupem mais de uma quadra ou quarteirão urbano.

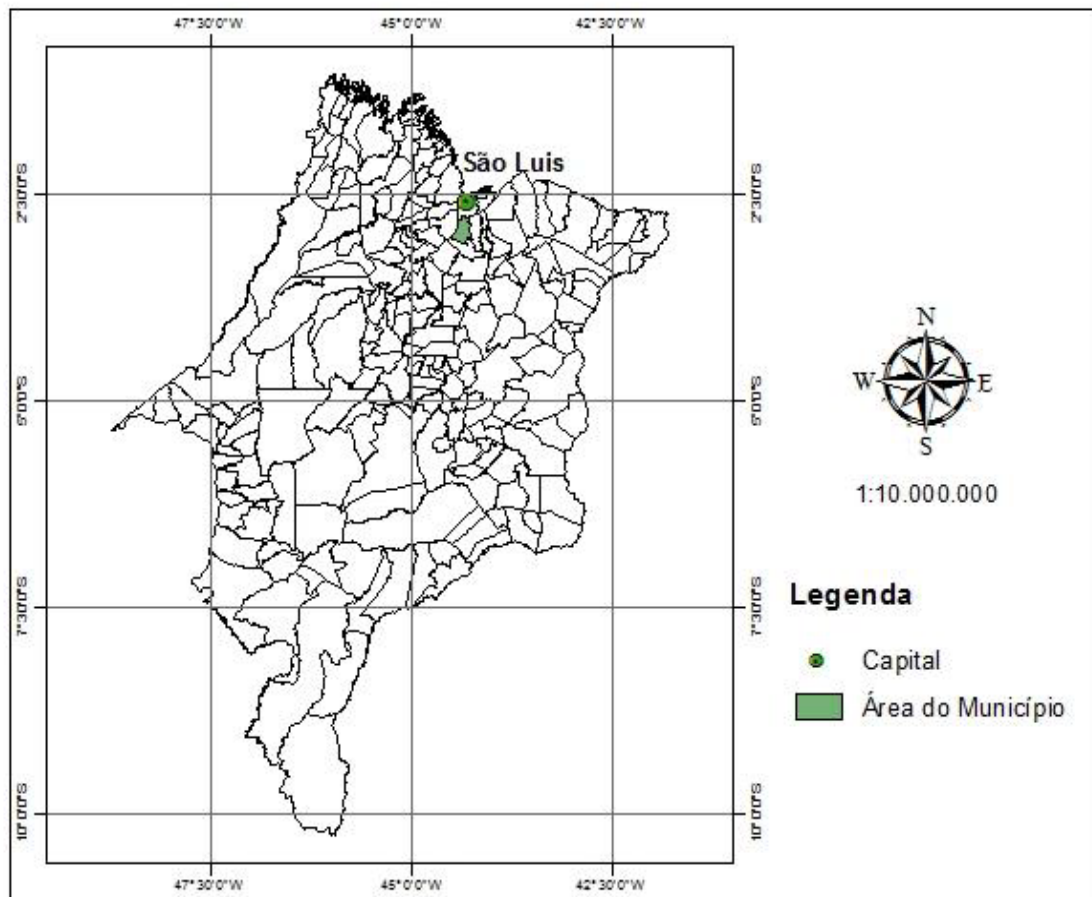


Figura 1. Localização do município de Bacabeira no estado do Maranhão

Fonte: CORREIA FILHO, 2011

Convém ressaltar que, no mercado externo, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o setor de petróleo e gás cresceu 318% entre 1998 e 2004. Além do combustível, a cadeia produtiva do petróleo envolve a indústria de plástico, química, farmácia e fertilizantes, sendo responsável por 9% do PIB nacional. Nesse contexto, o discurso de desenvolvimento do projeto da REPRE I desencadeou uma verdadeira euforia nos diversos setores da sociedade maranhense, de maneira que emergiu a segunda iniciativa estatal a qual é voltada para a capacitação de mão de obra. Por conseguinte, algumas instituições de ensino foram instigadas e promoveram cursos na linha de Petróleo e Gás, que foram oferecidos nos níveis técnico, profissionalizante e superior, a exemplo do Centro Universitário do Maranhão (UNICEUMA), Instituto Florence de Ensino (FLORENCE), Centro de Ensino Médio Profissionalizante (CEMP) e o Curso Soft Informática (SILVA, 2015).

Dentre os principais motivos governamentais para implantação dessa refinaria, pode ser mencionado o potencial logístico de acesso ao mercado nacional e internacional (rodovias, ferrovias e instalações portuárias), aos insumos primários com infraestrutura portuária adequada para recebimento de navios de petróleo, pois Bacabeira seria o lugar que mais traria retorno financeiro para a Petrobrás (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009).

Isso porque, a Refinaria Premium I, uma vez em pleno funcionamento, faria o refino de 600 mil *barris por dia* (bpd), o que é quase o dobro dos 365 bpd de capacidade da REPLAN, a maior refinaria em operação no Brasil, e aumentaria a capacidade nacional de refino para 2.600 bpd. Segundo os dados apresentados pela Petrobrás, de cada barril, seriam extraídos 50% de diesel, 20% de nafta petroquímica, 11% de querosene de avião, 8% de coque, 5% de GLP e 3% de bunker (FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE, 2009).

Além das vantagens consideráveis no contexto do comércio nacional e internacional, se evidencia também a otimização do uso do território. Nesse contexto, os grandes empreendimentos se instalam no espaço selecionado, sendo favorecidos pela lógica do mercado e pelo interesse do Estado, na figura dos gestores públicos que atraem investimentos por intermédio da flexibilização das leis trabalhistas, fiscais e ambientais.

Em contraponto à divulgação realizada pela política de desenvolvimento econômico do estado do Maranhão e pelos discursos dos gestores públicos de que o mencionado investimento promoveria o desenvolvimento social, a análise do IMESC (2009) pontua que a experiência brasileira revela que a instalação de refinarias está relacionada a uma grande elevação da renda per capita, mas não cria, por si só as condições para a distribuição da renda e das oportunidades.

Quanto aos empregos anunciados que seriam gerados, convém ressaltar que seria um número muito inferior ao envolvido no processo de instalação. Conforme dados fornecidos pela Engenharia da Petrobrás em novembro de 2011, a mão de obra utilizada na etapa de terraplanagem foi de 30% de Bacabeira, 25% de Rosário, 9% de Santa Rita e 15% de São Luís (SILVA, 2014).

Os efeitos do processo de implantação da REPRES I no âmbito do trabalho foram registrados por Silva (2014), a partir de entrevistas com trabalhadores no povoado Santa Quitéria, em que 26% estiveram ligados ao setor de serviços (proposta diretamente ou indiretamente ligadas ao empreendimento), inclusive contabilizando os 6% que estavam desempregados, foram inseridos na obra de terraplanagem, com carteiras assinadas e que atualmente, retornaram para a informalidade.

Devido aos resultados de outros investimentos da iniciativa privada em Bacabeira (Margusa, empresas de extração de pedra britada, etc) o Produto Interno Bruto (PIB) do município em questão teve um aumento de 184% entre 2000 e 2010; isso, no entanto, não significa distribuição de renda e ascensão social dos bacabeirenses (Quadro 1).

Ano	PIB (preços correntes - Mil Reais)
2000	41.460
2002	52.525
2004	68.925
2006	93.147
2008	125.309
2010	117.822

Quadro 1. Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais) do município de Bacabeira

Fonte: Adaptado do IBGE, 2010.

Mesmo com a elevação do PIB do município de Bacabeira, o Índice de Desenvolvimento Humano não cresceu da mesma forma haja vista que em 2000, o registro foi de 0,433 e em 2010 passou para 0,629 (IBGE, 2010).

A partir de como se configura a política de desenvolvimento econômico do estado do Maranhão, com característica de articular interesses políticos, ideológicos e econômicos, o geógrafo David Harvey (2011, p. 52) aponta que “o nexu entre o Estado e as finanças possui todas as características de uma instituição feudal, cheia de intrigas e de passagens secretas, exercendo um poder estranho e totalmente não democrático não só sobre o modo como o capital circula e se acumula, mas também sobre todos os aspectos da vida social”.

Conforme a Secretaria do Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC), o setor de gás e petróleo refletia o momento econômico do estado em que diversas empresas vislumbraram se instalar, como a Petrobrás, OGX, Petra Energia, Gasmar, Engept e a Panergy que investem em projetos como refinaria, gasoduto, exploração de petróleo e gás natural, sendo que o projeto da REPRE I foi o que concentrou o maior volume de investimentos, com recursos de R\$ 40 bilhões.

No contexto dos Planos de Investimentos da Petrobrás, 4 refinarias foram anunciadas visando ampliar a capacidade de refino de petróleo no país, dentre as quais: Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ); Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; Refinaria Premium I, no Maranhão; e a Refinaria Premium II, no Ceará. Tais investimentos consumiriam U\$ 35 bilhões no Plano de Negócios da Petrobrás.

A Petrobrás assinou o contrato com o consórcio GSF (Queiroz, Galvão, Serveng e Fidens) em 14 de julho de 2010. O custo total previsto para a construção da REPRE I foi de R\$ 20 bilhões, mas com os chamados termos contratuais aditivos, a obra dobrou de preço. No contexto da mídia impressa e eletrônica, as denúncias foram publicadas em diversas peças publicitárias, com destaque para o conteúdo sobre o superfaturamento do projeto, desde os serviços de terraplanagem (Figura 2).



Figura 2. Peças publicitárias sobre denúncias envolvendo a Refinaria Premium I.

Fonte: Jornal “O Estado do Maranhão” (Edição 27.02.2014) e Jornal “O Globo” (Edição 11.05.2014). Disponível <http://jornalsportnews.blogspot.com.br/2014/05/blog-post_11.html> Acesso em 22.02.2015.

Quanto ao Relatório de Fiscalização (Sintético da Câmara), não foi possível sua análise completa, pois o documento acessado não estava apreciado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tendo em vista que muitos tramitam em segredo de justiça. De acordo com análise superficial do relatório acessado pelo site da Câmara, foram verificados aditivos e irregularidades que geraram atrasos e prejuízos ao projeto.

Diante do exposto, a Petrobrás justificou-se alegando que

os custos englobam, além da terraplanagem, a construção de canais perimetrais, canteiros de obras e pontes de acesso, licenças de tecnologia adquiridas para a construção das unidades, os projetos básicos, o pré-detalhamento com definição de quantitativos, estudos ambientais, análises do canal do rio Mearim, monitoramento do ruído, levantamento, captura e reintrodução de fauna, cadastramento florestal, compensação ambiental para o Maranhão, convênio com a Prefeitura de Bacabeira, realização de audiências públicas, treinamento de mão-de-obra local, estabelecimento de escritórios em São Luís, salários de empregados da Petrobras, transporte e hospedagem de equipes, obras da subestação de Energia Elétrica para recebimento de Linha de Transmissão, estudos de projetos para a interligação com a rede elétrica (REVISTA MARANHÃO HOJE, 2015, p. 24).

Em 2010, esse investimento foi anunciado como trunfo do quarto mandato da ex-governadora Roseana Sarney com o discurso intitulado “De Volta ao Trabalho”, oriundo de um contexto turbulento na política maranhense. Os debates sobre a implantação da REPRE I (lançada no segundo governo do ex-presidente Lula) deixaram registrado na mídia eletrônica, na imprensa escrita, no debate político, nos processos do TCU e na memória coletiva da sociedade diversas informações sobre a possibilidade do Maranhão sediar um empreendimento de alta relevância.

Esse investimento desencadeou lógicas diferenciadas, pois no ano de 2011 duas comunidades localizadas próximas da área destinada ao investimento mencionado sofreram impacto direto, isto é, os povoados Santa Quitéria e Salva Terra.

Conforme Silva (2014, p. 144), “Salva Terra foi o primeiro povoado em Rosário-MA a ser atingido diretamente pela implantação da refinaria. Considerando a desapropriação da terra, seguida de doação para a implantação do projeto, os moradores foram expulsos de suas terras com a anuência do estado”. No caso de

Salva Terra II, é possível verificar que, apesar da resistência buscada por parte de seus moradores, não foi possível evitar o deslocamento compulsório (SANT'ANA JÚNIOR; MENDONÇA, RIBEIRO, RABELO, 2013).

Na localidade Santa Quitéria, foi constatado por Silva (2014), que 82% dos moradores entrevistados afirmaram que seus modos de vidas pioraram, pois não se podia plantar, o custo de vida tinha aumentado e a especulação imobiliária tinha incrementado. Tal fato não é novo, pois existem todos os tipos de truques para o grande capital expulsar o pequeno posseiro. A expropriação de pequenos operadores (comércio local ou explorações agrícolas familiares) para abrir espaço a grandes empresas (cadeias de supermercados e indústria agroalimentar), muitas vezes com o apoio de mecanismos de crédito (HARVEY, 2011).

Apesar dos investimentos no Plano de Negócios da Petrobrás com oportunidades de ampliar a capacidade de refino no Brasil, a situação de crise dessa empresa concorreu para que os prazos de conclusão de diversas obras e serviços dos investimentos não fossem cumpridos. Com efeito, tal empresa teve prejuízos na área de abastecimento, com indicativo de altos níveis de corrupção, além das denúncias de superfaturamentos (SILVA, 2015).

Nesse contexto, a partir do conteúdo do relatório sobre os dados financeiros do balanço do terceiro trimestre de 2014 da maior estatal brasileira, a diretoria da Petrobrás divulgou no dia 28/01/2015 que os investimentos da Refinaria Premium I, no Maranhão e a Refinaria Premium II, no Ceará, foram cancelados. A Petrobrás declarou que foram gastos R\$ 2,7 bilhões de reais nos dois projetos (Premium I – 2,111 milhões e Premium II - 596 milhões).

Os investimentos dessas refinarias estavam sendo divulgados há anos em eventos oficiais, visitas técnicas, reuniões e palestras. Segundo a presidente da estatal, a empresa procurou parceiros internacionais para viabilizar economicamente o projeto, mas não teve êxito nesse contexto da corrupção (SILVA, 2015). Em relação ao fato dessas refinarias terem sido viabilizadas por razões de ordem política, convém ponderar que “existem muitas outras maneiras de acumular o poder social proporcionado pelo dinheiro através da fraude, corrupção, banditismo, roubo e tráfico ilegal” (HARVEY, 2011, p. 58).

A reportagem na Revista Veja (Edição 2411, de 04 de Fevereiro de 2015) sobre a suspensão das Refinarias Premium I e II, na Região Nordeste, enaltece a questão, pois foram “dois projetos monumentais, vedetes das obras do PAC”. “A produção da Premium I e da Premium II, nomes dados aos projetos, seria vitaminada com o óleo do pré-sal e vendida no mercado externo. Passados oito anos, com terrenos vazios, umas poucas máquinas deteriorando-se e 2,7 bilhões de reais jogados fora, a Petrobrás anunciou o que já era mais do que esperado: decidiu cancelar as obras”.

3 | BACABEIRA E A REFINARIA PREMIUM I: “A CIDADE DE FUTURO”, IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS, PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS

O município de Bacabeira ocupa uma área de 615,586 km², foi criado em 1994 e seu crescimento populacional na última década revela acréscimo de 4.449 pessoas sobre a população total entre 2000 e 2010, representando 42% positivos, sendo que a estimativa foi de 16.855 moradores em 2018, o que significa mais 1.890 habitantes em relação a 2010 e redução no ritmo do incremento demográfico, o que pode ser vinculado ao cancelamento e adiamento do investimento da Refinaria Premium I (Quadro 2).

ANO	POPULAÇÃO				
	Total	Rural	% s/t	Urbana	% s/t
1996	9.601	4.916	51,2	4.685	49
2000	10.516	8.624	82,5	1.892	18
2007	14.611	11.455	78,3	3.156	21,6
2010	14.965	11.641	77,8	3.324	22,2
2018	16.855	-	-	-	=

Quadro 2. Crescimento populacional de Bacabeira

Fonte: Adaptado do IBGE (1996; 2000; 2007; 2010 e estimativa de 17/10/2018).

O atual logotipo da Prefeitura de Bacabeira é intitulado “A cidade de futuro” e projeta esse município como um espaço favorável a investimentos de alta produtividade. Nessa perspectiva, o mesmo deve estar preparado, pois um conjunto de outros empreendimentos de grande porte tem sido anunciado, tais como o Terminal Portuário do Mearim e a Siderúrgica do Mearim (DOURADO, 2008).

Para o Terminal Portuário do Mearim, por exemplo, os investimentos previstos são de R\$ 3 bilhões e pretendem gerar 3.600 empregos diretos e indiretos. O Terminal terá atracadouros para granéis líquidos e sólidos, além de um píer específico para cargas siderúrgicas com capacidade para atender navios de 43 a 72 mil toneladas, e mais uma área aproximada de 950 mil metros quadrados de retroporto. Já o projeto da Companhia Siderúrgica do Mearim - CSM, do grupo Aurizônia Empreendimentos, em Bacabeira, está exigindo R\$ 11,2 bilhões para se tornar realidade, incluindo um terminal portuário. A primeira etapa estava prevista para operar em 2016 e terá capacidade para produzir 2,5 milhões de toneladas/ano de placas de aço. (MARANHÃO, 2012).

Esses investimentos não influenciam apenas o município de Bacabeira, mas abrangem todos aqueles inseridos na área de influência direta e indireta dos mesmos. Nesse contexto, a partir do processo de implantação do projeto da Refinaria Premium I evidencia-se o crescimento dos municípios adjacentes, culminando com a inserção de Bacabeira, Rosário e Santa Rita na Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) no ano de 2013.

Ressalta-se que a nova configuração da RMGSL ocorreu após o início das obras de terraplanagem da Refinaria Premium I em Bacabeira, que projetou uma possibilidade de integração maior entre esses municípios e os quatro localizados na ilha do Maranhão. Essa integração foi viabilizada tendo em vista os equipamentos urbanos, infraestrutura, proximidade com o Distrito Industrial de São Luís, além da perspectiva dos empreendimentos econômicos orientados para essa área serem capazes de dinamizar toda a região metropolitana.

Pelo discurso político, assim, Bacabeira vem sendo selecionado para receber empreendimentos e sua articulação com outros municípios também tem sido modificada, através do fluxo de pessoas e investidores na reestruturação do território municipal.

Desde a paralização das obras e serviços de terraplanagem a partir de 2012, por determinação da Petrobrás, empresários desistiram de seus investimentos em Bacabeira, pois registraram prejuízos e/ou não estavam dispostos a esperar o projeto virar realidade, o que é evidenciado a seguir.

O depoimento de Silvana Pereira, 53 anos, é interessante quando a mesma testemunha que, era moradora do bairro do São Cristóvão (em São Luís) e decidiu “montar seu próprio negócio (“Comercial Jesus””, em Bacabeira; no entanto, ela disse que tomou essa “decisão muitos anos antes do anúncio” da REPRE I e que “nunca teve expectativa em relação ao empreendimento”, mas disse que muitas pessoas tentaram comprar seu terreno, além de ter visto diversas pessoas de outros estados comprarem terrenos que chegavam a custar R\$ 10.000, 30.000 e 200.000 mil reais, revelando a especulação imobiliária decorrente da revalorização do espaço, sobretudo na sede municipal.

A entrevista com um trabalhador da mencionada refinaria, Jayres Sousa, 27 anos, natural de Bacabeira, contribui para o entendimento de muitas questões. Ele trabalhou no período de 2011 a 2013 na função de estoquista e relatou que as obras foram suspensas pela empresa, sendo que os motivos alegados pela mesma aos funcionários foram os transtornos do período chuvoso. Em média, era mais de 1.800 trabalhadores em apenas um turno e 2.000 refeições por dia. Ele diz que “muitos investiram na compra de terrenos”, tornando-os valorizados. Por outro lado, “outras pessoas tiveram prejuízos, principalmente as pessoas que ainda não tem terra e querem produzir e plantar”.

Em relação às questões de emprego, os trabalhadores da “região” foram contratados para serviços de baixa qualificação profissional nas obras de terraplanagem, o que pode ser feita alusão ao que Harvey (2005) analisa sobre o fato do estado do Maranhão estar inserido na periferia do capitalismo neoliberal, seguindo a política desenvolvida no âmbito federal, que sua vez adota uma política de investimentos industriais visando atrair o capital privado nacional e internacional em troca de vantagens fiscais e mão de obra barata, rotulada de desqualificada.

Quanto ao empresariado, diante da indefinição quanto ao cumprimento dos prazos

e início de funcionamento do empreendimento nessa localidade, houve reações. No período entre os anos 2012 e 2013 em que as obras e serviços de terraplanagem estavam paralisadas, diversos empresários e/ou investidores foram abandonando seus “projetos” por causa do longo período em que as obras e serviços ficaram suspensos, conforme a publicação na manchete do Jornal Pequeno (Figura 3).



Figura 3. Manchete diante do atraso nas obras da REPRE I, 2013

Fonte: Jornal Pequeno, 24.03.2013

Apesar dessa reação, outros empresários permaneceram com suas atividades, como é o caso do Joel Silva, natural de Bacabeira, 40 anos, proprietário do Restaurante Serv-Bem, e foi um dos que tiveram prejuízos desde a fase de suspensão dos serviços de terraplanagem, a partir de 2012. Ele afirmou que “investiu o que tinha e o que não tinha no restaurante”; além disso, comentou que “os próprios gestores municipais incentivaram a expansão dos negócios”, confirmando que era para eles investirem “tudo o que eles tinham, pois a demanda da refinaria seria muito grande”. Com efeito, a realidade revelou que a participação do setor dos serviços em Bacabeira teve ascensão de R\$ 25,351 milhões em 2006 para R\$ 50,563 milhões em 2010 e alcançou R\$ 103,316 milhões em 2015; contudo, o município de Bacabeira teve declínio no ranking estadual do VA do setor de serviços uma vez que ocupava o “posto de 60º, em 2014, ... [passando] ... para 83º, em 2015” (IMESC, 2017, p. 28). Some-se a isso que no ranking do PIB estadual, tal municipalidade saiu da 40ª posição em 2006 para a 18ª em 2010 e regrediu para a 39ª em 2015 (IMESC, 2012; 2017), implicando em atual arrefecimento econômico vinculado diretamente ao cancelamento das obras da REPRE I.

Convém ressaltar que, para esse projeto de alta produtividade e capital intensivo foi dada a garantia de uma contrapartida de R\$ 100 milhões em investimentos do Governo do Estado para realização de obras em infraestrutura e outras que garantiriam sua concretização. Todavia, ficou caracterizada “uma manobra lançadas às vésperas

da eleição de 2010, passou a ser vista como algo para beneficiar a então governadora Roseana Sarney (PMDB) e o também peemedebista senador Edison Lobão (ex-ministro de Minas e Energia), à época querendo uma reeleição” (MARANHÃO HOJE, 2015).

O decreto que viabilizou esse projeto foi assinado, em 2008, pelo ex-governador Jackson Lago. No entanto, o mesmo foi cassado em 2009 pela Justiça Eleitoral, e o projeto foi inserido no discurso de Roseana Sarney. A última projeção da Petrobrás sobre esse empreendimento foi feita em outubro de 2014, estando incluída nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nesse período, o projeto estava previsto para os anos 2011-2014 com orçamento R\$ 1. 775. 560. 000,00 bilhão, e após o ano de 2014, R\$ 35. 511.180.000,00 bilhões (MARANHÃO HOJE, 2015).

Nesse contexto, diversos fatores de um empreendimento como esse devem ser articulados a fim de se apreender a realidade, tais como os econômicos, sociais, políticos e ambientais. Isso porque o capital tem uma lógica que impõe novas configurações socioespaciais e deixa permanências na realidade empírica por ele selecionada para uso, o que foi analisado a partir do município denominado Bacabeira e o investimento da REPRE I.

Um exemplo dessa nova configuração consiste na duplicação da BR 135, no ano de 2012, que foi autorizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e realizada pela mesma empresa de engenharia, a SERVENG, que esteve na etapa da terraplanagem da refinaria em tela. Essa duplicação tornou-se prioritária, na medida em que a rodovia é a única via de acesso terrestre (entrada e saída) à capital, São Luís, e aos demais municípios localizados na ilha do Maranhão, de maneira que os 26 km inseridos em Bacabeira estão em fase de conclusão e resultaram na construção de um elevado na sede municipal.

A perspectiva do “moderno” e do “novo” é visualizada nas propagandas publicitárias sobre os loteamentos residenciais através de *outdoors* e jornais locais. Um novo sentido é atribuído às cidades, pois não são mais lugares para se habitar, mas para exibir. As cidades são como “ambientes visuais”, comparados a imensos videoclips publicitários. O consumo visual do espaço como instrumento de realização do capital faz das paisagens um novo valor de troca. As corporações empresariais tornam as cidades espetáculos publicitários, em que a produção intensiva de imagens é um veículo indispensável ao sucesso dos negócios (BARBOSA, 2002). Esse novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico (HARVEY, 2005).

Em Bacabeira, com efeito, já estão em fase de conclusão as obras do Primeiro Condomínio Clube (João Freitas Condomínio), com financiamento pela Caixa Econômica Federal (Figura 4 – A, B, C e D).



Figura 4 (A, B, C e D). A e B - Peças de publicidade divulgando loteamentos residenciais e quitinetes em Bacabeira. C e D - Loteamentos residenciais e quitinetes.

Fonte: SILVA, 2015.

Enquanto algumas obras estão em andamento, outras foram abandonadas e/ou desvalorizadas, revelando as permanências como é o caso do *Gran Solare* hotéis e resorts, que seria um hotel executivo de luxo. Lançado em 2012 (construído na euforia do projeto da REPRES I), com 246 apartamentos, ocuparia uma área de 10.000 m². Para viabilizá-lo, a Petrobrás se comprometeu em garantir ocupação de 50% dos apartamentos. Previsto para ser inaugurado em julho de 2015, está com as obras paralisadas desde o ano de 2013 (MARANHÃO HOJE, 2015). Outros empreendimentos menores, como as quitinetes também estão desvalorizadas e sem uso (Figura 5 – E e F).



Figura 5 (E e F). E - Divulgação do Gran Solare Hotéis Resorts; F - Resort abandonado.

Fonte: SILVA, 2015

As transformações socioespaciais e permanências derivadas direta ou indiretamente da REPRES I correspondem: 1) ao rápido crescimento horizontal da cidade de Bacabeira por intermédio do aumento do número de ruas, praças, moradias subnormais e comércios; 2) fluxos de pessoas oriundas de outros municípios e/ou

estados na área de influência do projeto - Bacabeira, Rosário e Santa Rita - gerando rápido crescimento demográfico e ampliação das demandas; 3) especulação imobiliária dificultando a aquisição e acesso de imóveis pela população de baixa renda por causa da apropriação de terras por parte do projeto e da revalorização do espaço; 4) surgimento de conflitos sociais evidenciados por movimentos de resistência e deslocamentos compulsórios, revelando desigualdades que se concretizam no espaço; 5) incremento do setor de serviços, com a criação de empresas locais e instalação de filiais oriundas de outros estados, o que arrefeceu após 2015 com o adiamento desse investimento econômico; 6) implantação de condomínios residenciais, loteamentos, quitinetes, etc, implicando na introdução de novos usos e valores socioculturais.

Em decorrência das obras e serviços de terraplanagem, houve supressão da vegetação, animais morreram e em alguns trechos da área, materiais arqueológicos foram encontrados. Outra provável implicação socioespacial decorrente do investimento da REPRE I corresponde à criação de 3 unidades de conservação (UC) em Bacabeira.

Convém ressaltar que a criação dessas UCs municipais já estava indicada no Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do Município de Bacabeira (Lei Municipal nº 205, de 14 de junho de 2007). A compensação ambiental da Petrobrás selecionou as seguintes: Parque Municipal do Zaú; Área de Proteção Ambiental do Rancho Papouco; e Reserva Extrativista do Rio Perizes.

A Petrobrás, através do processo da compensação ambiental, pode criar unidades de conservação municipais visando preservá-las. Esse processo é positivo para o município de Bacabeira, pois essas áreas precisam ser protegidas, além de serem de extrema relevância ambiental, social e econômica. Dentre outros motivos, evidencia-se a restrição do uso dessas áreas para evitar fins prejudiciais não só à natureza, mas às populações que residem nessas áreas. Espera-se, contudo, que essas UCs sejam efetivadas.

Ante o cancelamento (2015) e adiamento para 2029 (?) do investimento da mencionada Refinaria Premium I, a perspectiva relevante do ponto de vista econômico é que a Secretaria da Indústria e Comércio (SEINC) do governo estadual divulgou que num horizonte que avança de 2016 (atual) até 2020 (planejado) o Maranhão receberá investimentos que totalizam R\$ 40,1 bilhões e podem gerar 20.000 empregos diretos e indiretos (FERREIRA, 2017). Desse montante, fazem parte a empresa *China Brazil Xinnenghuan International Investment* – Cbstell, que “prevê uma capacidade instalada de 13 milhões de aço, e deverá ser implantada no município de Bacabeira, em terreno de 2 mil hectares já em processo de desapropriação pelo Governo do Estado” (BOLETIM...., 2016, p. 40), sendo que o investimento será de R\$ 9,750 bilhões ou 24,3% do total. O maior investimento e que corresponderá a R\$ 10 bilhões (25,9%) serão

[...] destinados à construção de uma refinaria em associação de petróleo iraniano e tecnologia indiana, a qual será instalada no mesmo local da Refinaria Premium I, ou seja, no município de Bacabeira. Isso implica que esse município continua

estratégico para alocação de investimentos nessa unidade da Federação, sobretudo pela disponibilidade de seu distrito industrial, por pertencer à Região Metropolitana da Grande São Luís e pela proximidade do Porto do Itaqui. (FERREIRA, 2017, p. 141).

As perspectivas, portanto, tem o investimento econômico como base e decorre de ações do Estado associadas ao capital nacional e internacional. Porém, a julgar por exemplos recentes em que a Refinaria Premium I foi aqui analisada, pode-se continuar na dúvida quanto à sua efetivação. As repercussões, decerto que serão espaciais, socioculturais e ambientais, com o agravante de que a maior parte do planejado é pouco inclusiva socialmente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos no estado do Maranhão estão inseridos num contexto que organiza e (re)organiza o espaço sob a lógica do capital, impondo novos usos e valores socioculturais que no discurso concorrem para o desenvolvimento local, regional e nacional. Esses projetos de desenvolvimento, todavia, caracterizam o privilégio de grupos dominantes que se perpetuam no poder e são legitimados pelas urnas, com finalidade de atrelar o Estado aos interesses privados.

Conclui-se que houve uso político-eleitoral do investimento da Refinaria Premium I em Bacabeira, no estado do Maranhão, pois a contar de sua divulgação e início das obras foi criado um fato capaz de induzir ações e decisões vislumbrando a eleição para governador em 2010, que foi vencida pelo grupo político hegemônico desde 1965. Para tanto, as iniciativas estatais ativeram-se ao planejamento municipal do uso do solo e a ações de capacitação de mão de obra. Contudo, as expectativas e frustrações na incluíram tanto para as pessoas que investiram em algum tipo de estabelecimento comercial quanto as que esperavam melhorar de vida por causa do efeito multiplicador que o mencionado empreendimento causaria na realidade empírica analisada e na Região Metropolitana da Grande São Luís.

Some-se a isso que, no início das obras e serviços de terraplanagem, o projeto da REPRE I em Bacabeira foi responsável pelo deslocamento das comunidades Santa Quitéria e Salva Terra, visando favorecer o uso de parte do território municipal por esse empreendimento. Consequentemente, o modo de vida e trabalho dessas comunidades foi alterado.

Dentre outros efeitos, em Bacabeira e municípios próximos (Rosário e Santa Rita) ocorreu uma revalorização imobiliária desenfreada no período de euforia do projeto em questão. Todavia, nessa última fase de adiamento e cancelamento do mesmo, o efeito foi negativo, pois o fluxo de pessoas e/ou investidores de outros estados e municípios tem diminuído consideravelmente, mas as transformações socioespaciais foram impostas e as permanências ficaram impregnadas.

Quanto ao incremento do setor de serviços, por exemplo, destaca-se a criação

de empresas locais e instalação de filiais oriundas de outros estados. Constatou-se a instalação de instituições financeiras, implantação de condomínios residenciais, loteamentos e quitinetes enquanto transformações socioespaciais positivas que evidenciam a escolha do logotipo “cidade de futuro”, trazendo um benefício para a dinâmica econômica do município de Bacabeira. No entanto, com o cancelamento do investimento da REPRE I, diversos segmentos dos serviços foram encerrados e/ou desvalorizados, revelando as permanências através de esqueletos de prédios de empreendimentos de restauração e hospedagem os quais foram abandonados.

Nesse sentido, urge a atualização do planejamento urbano do município de Bacabeira com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, a partir de instrumentos que concorram para o desenvolvimento local e regional. Nesse caso, tal planejamento deve estar em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana da Grande São Luís e ser mais inclusivo socialmente uma vez que as perspectivas indicam que os investimentos econômicos previstos tendem a repetir o modelo anterior, o qual tem como principal característica o uso do território municipal e reduzido efeito multiplicador urbano.

REFRÊNCIAS

BACABEIRA-MA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do Município**. Lei municipal nº 205/2007.

BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB-Niterói, 2002. p. 89- 105.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE. São Luís: Imesc, v. 4, n, p. p. 1-80, jul./out. 2016.

BURNETT, F. L. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. São Luís: Ed. UEMA, 2012.
CÂMARA. Relatório de Fiscalização (Sintético) da Câmara encaminhado para apreciação do TCU, TC 006.280/2013-7, Fiscalização 123/2013. Disponível em www.camara.gov.br. Acesso em 14.05.2013.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORREIA FILHO, Francisco Lages. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Bacabeira**. Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011.

DOURADO, José de Ribamar. **A indústria do Maranhão**: um novo ciclo. Brasília: IEL, 2008.

FERREIRA, A. J. F. **Políticas territoriais e reorganização do espaço maranhense**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**: passado e presente; há futuro? São Luís: Edufma, 2014.

_____. **A reestruturação espacial urbana maranhense: dinâmica e perspectivas.** São Luís: Edufma, 2017.

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA.

Refinaria Premium I – Estudo de Impacto Ambiental-EIA, Relatório de Impacto Ambiental-RIMA. São Luís: FSADU, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Lisboa: Editorial Bizâncio, 2011.

MARANHÃO. **Perfil da Região do Baixo Munim.** São Luís: IMESC, 2009.

_____. Secretaria de Planejamento. **Regiões de planejamento do estado do Maranhão.** São Luís: SEPLAN, 2008.

IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão – período: 2006-2010.** São Luís: Imesc, 2012.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão – período: 2010-2015.** São Luís: Imesc, 2017.

_____. Secretaria de Planejamento. **O Maranhão e a Nova Década – Planejamento (2010-2020): oportunidades e desafios.** São Luís: SEPLAN, 2010.

MARANHENSES entram pelo cano em Bacabeira com o fim da Refinaria. **Revista Maranhão Hoje.** Edição Ano II. Nº 23 – fevereiro de 2015

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; RIBEIRO, Ana Lourdes da Silva; RABELO, Bruno Henrique Costa. Refinaria Premium: Presença da Petrobrás no Maranhão. In: Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara (Org.). **50 anos da Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal.** Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013. p. 239-252.

SILVA, K. F. **Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria Premium-I: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira.** São Luís, 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional), Universidade Estadual do Maranhão.

SILVA, Hellen Mayse Paiva. **O processo de implantação da Refinaria Premium I em Bacabeira (2010 a 2015) no contexto do desenvolvimento econômico do estado do Maranhão.** São Luís, 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional), Universidade Estadual do Maranhão.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-166-4

